



Sequestro internacional de menores é tema de seminário realizado em Porto Alegre

Nos dias 3 e 4 de novembro, o Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) promoveu o seminário "Aspectos civis do sequestro internacional de crianças – Convenção da Haia de 1980", no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre (RS).

O evento foi realizado em parceria com a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio da Escola da Magistratura do TRF4 (Emagis), do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

A desembargadora federal Mônica Sifuentes, coordenadora científica do evento, ao proferir palestra no Seminário, disse que a grande "chave" é examinar a Convenção da Haia sob a perspectiva da criança. Ela exemplificou a importância dos menores exibindo *trailer* do filme "Pelos Olhos de Maisie", baseado em novela de Henry James, o qual aborda a situação de uma menina cuidada pelo padrasto e pela babá. Confira a íntegra desta matéria no portal do TRF1, em "Notícias".

Fonte: CJF/TRF4

Seção Judiciária do DF promove mutirão conciliatório em processos da CEF

No último dia 6, a Central de Conciliação da SJDF promoveu, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), mutirão conciliatório em ações ligadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e à recuperação de crédito.

De acordo com a coordenadora da Conciliação na Seccional, juíza federal Isabela Guedes Dantas Carneiro, foram pautados para esse esforço concentrado cerca de 500 processos. "Entre essas ações, existe uma relação de processos indicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Trata-se de uma iniciativa exitosa, pois o índice de comparecimento das partes está alto e já temos muitos acordos tabulados", informou a magistrada.

Parte em um processo de recuperação de crédito, o militar Aloísio Silva conseguiu, durante o mutirão, solucionar seu problema. "Tinha uma dívida de R\$ 40 mil relativa a CDC [crédito direto ao consumidor], uma situação ruim, pois meu nome estava negativado. Agora, por meio de acordo com a CEF, esse valor caiu para R\$ 13 mil, com possibilidade de parcelamento em até 36 vezes. Estou muito satisfeito!", comemorou Silva.

Fonte: Comunicação SAD-Revista/SJDF

Judiciário poderá ter metas com foco na conciliação e no combate ao excesso de litigância



Gláucio Detmar/CNJ

Presidentes dos tribunais de todo o País, reunidos no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, deverão analisar nesta terça-feira, dia 11 de novembro, duas propostas de metas nacionais voltadas à conciliação e ao combate do excesso de litigância. A informação foi divulgada no início da tarde desta segunda-feira, dia 10, pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, durante a abertura do encontro (foto), que está sendo realizado em Florianópolis (SC). O presidente do TRF da 1ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, participa do evento.

Uma das propostas consiste em incrementar a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010 para a realização de audiências e sessões de conciliação e mediação. A outra proposta prevê a priorização do julgamento dos processos de grandes litigantes e de demandas repetitivas.

"Pretende-se, com isso, reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial e tomar medidas que revertam a cultura de excessiva judicialização das relações sociais e permitam apenar a litigância protelatória", afirmou o ministro em seu discurso. As duas metas, se aprovadas pelos presidentes dos 91 tribunais brasileiros na plenária final do evento, deverão ser perseguidas pelo Judiciário no biênio 2015/2016.

Em seu discurso, Lewandowski destacou ainda a importância de medidas voltadas para a conciliação, diante do aumento crescente da litigiosidade "que gestiona o Poder Judiciário".

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Assessoria de Comunicação Social
ascm.trf1@trf1.jus.br
(61) 3314-5379